

## Introdução

Olá, car@s cursistas!

Nesta unidade iremos tratar do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

De nada adianta anunciar direitos se não existirem  
modos de os tornar realidade, não é mesmo?

Iremos falar sobre o que o Sistema de Garantia de Direitos, quem são os órgãos e entidades que o compõem. Lembrando que como nosso foco é o SINASE iremos nos deter mais no que se relaciona a adolescentes autores de ato infracional, mas o Sistema funciona para TODOS/AS os/as crianças e adolescentes.

Teremos por base em grande parte do texto a Resolução 113 e a 117 do CONANDA. Recomendo que vocês dêem uma olhada nesse video sobre Hierarquia das Normas que preparamos para vocês.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## O Sistema de Garantia de Direitos: definição I.

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto através da articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de leis e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Sua atuação se estabelece em três eixos primordiais:

- promoção de direitos da criança e do adolescente;
- defesa dos direitos da criança e do adolescente; e
- controle da efetivação de direitos humanos.

Quando falamos em **promover** estamos falando em **agir** para a realização de direitos; quando falamos em defender estamos tratando de atuação quando os direitos foram violados/negados; e finalmente quando nos referimos ao controle estamos lidando com o monitoramento/fiscalização do estado de realização dos direitos de crianças e adolescentes.

*"Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações." (Art. 2 da Resolução 113 do CONANDA)*

## O Sistema de Garantia de Direitos: definição II.

Vejam a ótima síntese de Wanderlino Nogueira sobre o Sistema de Garantia de Direitos:

"Cabe ao SGD o papel de (a) potencializar estrategicamente a promoção e proteção dos direitos da infância/adolescência, no campo de todas as políticas públicas, especialmente no campo das políticas sociais e de (b) manter restritamente um tipo especial de atendimento direto, emergencial, em linha de "cuidado integrado inicial", a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados ("credores de direitos") ou a adolescentes infratores ("em conflito com a lei"). As ações das instâncias públicas governamentais e não governamentais, que integram esse Sistema, precisam ser alavancadoras e facilitadoras, visando a uma inclusão privilegiada e monitorada desse público de credores de direitos e de conflitantes com a lei, nos serviços e programas dos órgãos da Administração Pública. E, igualmente, alavancadores e facilitadores, visando à facilitação do acesso dele à Justiça. Para tudo isso operar, os órgãos do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente - SGD funcionam exercendo três tipos de funções estratégicas: (1) promoção de direitos, (2) defesa (proteção) de direitos e (3) controle institucional e social da promoção e defesa dos direitos. Isso não significa que um determinado órgão público ou entidade social só exerça exclusivamente funções de uma linha estratégica. Quando desempenham suas atividades legais, cada um deles exerce preponderantemente um tipo de estratégia de garantia de direitos (promoção? defesa? controle?), mas podem também, em caráter secundário, desenvolver estratégias de outro eixo."

Se quiserem se aprofundar, recomendo acessar Nogueira clicando [aqui](#).

## O SGD E O SINASE

O adolescente autor de ato infracional tem sua conduta imprópria penalizada com medida socioeducativa que pretende prevenir sua repetição, bem como, assegurar sua reinserção social. (Sabemos que este é um tema que gera debates e curiosidades, mas calma: vocês irão ver mais a respeito do tema nos módulos IV, V e VI).

Crianças e adolescentes que infringiram uma norma penal e estão em situação de ato infracional, tem toda essa rede ao seu lado, atuando juntamente e com base nos mesmos princípios de prioridade absoluta e proteção integral para resguardar os direitos desta parcela de adolescentes.

Os programas de execução de medidas socioeducativas devem oferecer condições que garantam o acesso dos adolescentes socioeducandos às oportunidades de superação de sua situação de adolescentes que praticaram ato infracional.

Lembrem-se do visto na unidade anterior: crianças que cometeram ato infracional passam por medida de proteção; enquanto adolescentes são submetidos/as a medidas socioeducativas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## O Eixo de Promoção dos Direitos

O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através do desenvolvimento da "política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente", prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos. Para sua realização, articulam-se de maneira transversal e intersetorial, todas as políticas públicas (infra-estruturantes, institucionais, econômicas e sociais) e integrando suas ações, em favor da garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes.

A garantia do acesso ao direito à segurança alimentar de crianças indígenas e o asseguramento do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes abandonados/as pelos pais são dois exemplos de promoção dos direitos a ser realizada por órgãos do SGD. (vejam o Art. 15 da Resolução 113 do CONANDA)

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## O eixo de Defesa dos direitos

O eixo da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade deles e sua exigibilidade, em concreto. (Art. 6 da Resolução 113 do Conanda).

Qualquer criança e adolescente que tenha seus direitos ameaçados ou violados pode ser protegida por esse eixo. Tanto uma criança que teve negada sua matrícula na escola por falta de vagas, quanto um adolescente que foi torturado dentro de uma unidade de internação.

Os órgãos públicos que fazem parte deste eixo são: os órgãos do sistema de justiça, as polícias (militar, civil judiciária e inclusive a polícia técnica), os conselhos tutelares, e as ouvidorias. No âmbito da sociedade civil destacam-se as atuações dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs) que atuam na proteção jurídico-social.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Integração operacional do sistema de justiça I

Car@s cursistas,

o sistema de justiça brasileiro é extremamente complexo. Por isso é preciso falarmos um pouco dele e da necessidade de sua integração para o bom funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos.

O Poder Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias Públicas e a Segurança Pública deverão ser instados no sentido da exclusividade, especialização e regionalização dos seus órgãos e de suas ações... (Art. 9 da resolução 113 do CONANDA)

O sistema de justiça se compõe:

01. dos órgãos judiciais (especialmente as varas da infância e da juventude e suas equipes multiprofissionais, as varas criminais especializadas, os tribunais do júri, as comissões judiciais de adoção, os tribunais de justiça, as corregedorias gerais de Justiça);

Cada unidade da federação (estado), estrutura sua justiça estadual de um modo. Portanto, o cumprimento da regra do art. 145 do ECA relativa a criação de varas especializadas para a infância e a juventude ainda é bastante irregular, revela estudo da ABMP, o qual destaca que “a especialização formativa dos operadores do direito e estrutural das Varas da Infância e da Juventude, seja pela unicidade da temática a ser objeto de análise, seja pela existência de equipes técnicas auxiliares aos magistrados é condição primeira para efetivação da garantia de direitos de crianças e adolescentes.”

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH): 1130 permitido com citação obrigatória da fonte

## **Integração operacional do sistema de justiça II**

### **2. do Ministério público.**

O Ministério Público (onde atuam Promotores de Justiça) é o defensor da lei e acusa, pedindo devida responsabilização de quem quer que a tenha afrontado. Assim, o/a promotor pode acusar um/a adolescente da prática de ato infracional e em outra situação acusar adultos pela exploração sexual de crianças e adolescentes ou pela prática de violência doméstica. Além disso, o Ministério Público pode abrir inquéritos civis para investigar casos de violações de direitos de crianças e adolescentes (por exemplo, denúncias de maus tratos num abrigo ou de tortura numa unidade de internamento).

### **03. da Defensoria Pública**

A Defensoria Pública é a instituição responsável por prestar assistência jurídica gratuita aos necessitados, oferecendo educação em direitos, orientação jurídica, atuando fora da Justiça e também em processos judiciais. Uma de suas importantes atribuições, é funcionar como uma espécie de advogado gratuito para a população que não pode pagar por um advogado particular. Como todo adolescente tem direito à defesa técnica quando responde pela prática de ato infracional e como a maior parte dos adolescentes que são processados vêm de extratos mais pobres da população (o que não quer dizer que apenas os pobres infracionam) a Defensoria pública tem um papel muito importante a desempenhar neste campo.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte



## Eixo de controle para a efetivação dos direitos humanos

O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, tais como:

- conselhos dos direitos de crianças e adolescentes;
- conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e
- os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos nos artigos 70, 71, 72, 73, 74 e 75 da Constituição Federal;

Além disso, o controle social será realizado pela sociedade civil através de qualquer cidadão/ã, de organizações não-governamentais e entidades similares, dentre estas destacam-se os Centros de Defesa das Crianças e dos Adolescentes por terem como atribuição específica a proteção jurídico-social de crianças e adolescentes. Esses Centros tanto podem prestar assessoria jurídica e judicial, quanto realizar ações de monitoramento de políticas públicas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Concluindo

De nada vale proclamar direitos se não temos os instrumentos adequados para efetivá-los, ou seja, fazer com seja observados na prática. Justamente para concretizar a lei várias instâncias devem atuar e vários instrumentos devem ser utilizados. A todo esse aparato legal e institucional chamamos de Sistema de Garantia de Direitos.

O Sistema de Garantias de Direitos é estruturado através da atuação do Estado e dos /as cidadãos/as.

Suas atribuições se referem a promoção, defesa e controle dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Para saber mais...

Recomendamos a leitura:

Resolução 113 e 117 do CONANDA;

Texto do Wanderlino Nogueira sobre SGD

Ver filme **Juízo** (veja a sinopse de outros filmes que recomendamos) clicando aqui)

Veja uma tabela com exemplos de atuação estatal por cada ente (União, Estados e Municípios)

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte